EDUCAÇÃO SUPERIOR NO ESTADO DO AMAZONAS – 1991-2004: FOCALIZANDO AS FUNÇÕES DOCENTES

Luciene Medeiros
UFPA
lucienemm@oi.com.br

INTRODUÇÃO

O Trabalho aqui apresentado é o resultado de um estudo desenvolvido em 2005 pelos pesquisadores da Rede UNIVERSITAS/BR, em parceria com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira - INEP quando se fez, pela primeira vez no Brasil, a análise do Censo da Educação Superior. Foi publicado em 2006 e, mesmo assumindo que alguns dados já sofreram alterações, considero importante socializar os resultados obtidos, no período estudado, porque reafirmam e ou revelam alguns dos acontecimentos relativos às funções docentes em relação às políticas de educação superior que foram adotadas no país, sobretudo, após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 9394/96 que completou 10 anos em 2006.

O estudo envolveu os 27 estados da federação e mais o Distrito Federal. No entanto, nessa comunicação, apresentaremos alguns resultados referentes ao estado do Amazonas, com recorte nas funções docentes, cujas análises dos dados do Censo da Educação Superior ficaram sob a responsabilidade de duas pesquisadoras do Grupo de Estudos sobre Educação Superior da Universidade Federal do Pará – GEPES que contaram com a contribuição de uma Auxiliar de Pesquisa e de uma professora da Universidade Federal do Amazonas.[1]

Educação Superior no estado do Amazonas: aspectos históricos.

[1] Pesquisadoras: Luciene das Graças Miranda Medeiros e Arlete Maria Monte Camargo do GEPES/UFPA e Larissa Gonçalves Medeiros- Auxiliar de Pesquisa do Pará e Arminda Rachel Botelho Mourão da Universidade Federal do Amazonas.

O estado do Amazonas, localiza-se na região Norte do Brasil, apresenta uma área territorial de 1.564.455 Km², sendo considerado o maior estado da Federação. Porém, é quase um vazio demográfico, já que a sua população se concentra na capital Manaus, que possui cerca de 1.644.690 habitantes. Apenas os municípios de Parintins, Coari, Manacapuru, Itacoatiara, e Tefé, possuem cerca de 50 a 100 mil habitantes. Essa concentração populacional em Manaus, é justificada pela criação da Zona franca, na década de 1970, que impulsionou o movimento migratório para a capital e que trouxe, como conseqüência, a geração de bolsões de pobreza na periferia urbana da capital.

A economia do estado se baseia no extrativismo, mineração, indústria e pesca. Existe em Manaus, um pólo industrial desenvolvido, em conseqüência da Zona Franca que é responsável pela quase totalidade do Produto Interno Bruto-PIB, do estado que foi de R$ 28.062.624, equivalendo a 1,8% do PIB nacional em 2005 (IBGE, 2005).

A Gênese da Universidade no estado do Amazonas.

No início do século XX, o movimento de criação das universidades livres que ocorreu em São Paulo e Paraná repercutiu também no estado do Amazonas, ocasião em que foi criada a Escola Universitária Livre de Manáos, impulsionada pelo notável desenvolvimento econômico vivido pelo estado em função do ciclo da borracha, que o incluíra na economia internacional. Todo o processo de instalação de infraestrutura no estado: energia, comunicação, instalações portuárias, navegação, que visava prioritariamente o escoamento da borracha para o exterior, também promoveu melhorias nas condições de vida dos seus habitantes e dos estrangeiros que vieram em busca de riquezas na região. Entre os desdobramentos de todo esse movimento houve o florescimento das artes e da idéia de se criar cursos superiores no estado.

Em 10 de novembro de 1908 foi criada a Escola Militar Prática do Amazonas com objetivo de ofertar a instrução militar aos oficiais da guarda nacional e de outras milícias, também aberto a qualquer pessoa desde que do sexo masculino e se constituía de dois cursos: um curso

preparatório e um superior. Em 11 de janeiro de 1909, passou a se chamar Escola Universitária Livre de Manáos, constituindo-se como instituição privada que já inicia sua atuação com problemas referentes a sua manutenção. Começou a funcionar na residência do seu fundador, o Dr. Eulálio Chaves e, posteriormente, a direção conseguiu, junto ao poder Executivo estadual, a cessão de uma sala em um Grupo Escolar de sua rede de ensino. Somente em 1913, o governador Dr. Jonatha de Freitas Pedrosa, cede o prédio da Repartição de Obras Públicas à Universidade, como empréstimo, que mais tarde foi doado à instituição.

Um dado importante a considerar, nesse momento, é o fato de que o Estado, através do poder executivo local, investiu em infra-estrutura para garantir a educação superior que era de caráter privado com mensalidades pagas pelos alunos, estabelecendo-se, naquele momento, o que hoje conhecemos como parceria público-privado. Ainda em 1913, no 13 de julho a Escola Universitária Livre de Manáos passou a denominar-se Universidade de Manáos, assim permanecendo até 1926, quando foi extinta subsistindo algumas unidades isoladas que eram mantidas pelo governo do estado.

Os primeiros cursos oferecidos foram: Engenharia Civil, Agronomia, Agrimensura, Ciências Jurídicas e Sociais, Farmácia, Ciências e Letras e Bacharelado em Ciências Naturais. Aqui cabe destacar a luta das mulheres para ingressar nos cursos superiores. Nos cincos primeiros anos do curso de Farmácia, apenas quatro mulheres receberam o diploma.

O declínio do ciclo da borracha concorreu para o esfacelamento dessa primeira tentativa de criação de uma universidade no estado do Amazonas, cuja extinção em 1926, provocou a criação de um movimento na sociedade local pela continuidade da universidade. No entanto, não foi tão vigoroso a ponto de resgatá-la. Bem mais tarde, na década de 1950, foi criada a Faculdade de Ciências Econômicas, a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras e a Escola de Serviço Social e só em 12 de junho de 1962 a Lei Federal N° 4069, de autoria do Senador Arthur Virgílio Filho, criou a Fundação Universidade do Amazonas que veio a ser instalada em 17 de janeiro de 1965, já na ditadura militar.

Considerando-se que as universidades se constituíam pela reunião, sob uma mesma administração, de cinco ou mais instituições de ensino superior, a Universidade do Amazonas seguiu esse modelo aglutinando, em 1968, cinco faculdades: Direito;Estudos Sociais, Engenharia, Medicina, Farmácia e Odontologia. Essa estrutura se reformula sob a égide da Lei 5.540 de 28 de novembro de 1968, ficando assim constituída: Instituto de Ciências Exatas, Instituto de Ciências Biológicas, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Instituto de Letras e Artes, Faculdade de Tecnologia, Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, Faculdade de Ciências da Saúde, Faculdade de Educação. Em 2002, a Universidade sofre nova reformulação ficando com a seguinte estrutura: Instituto de Ciências Exatas, Instituto de Ciências Biológicas, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Faculdade de Tecnologia, Faculdade de Estudos Sociais, Faculdade de Ciências da Saúde, Faculdade de Educação, Faculdade de Ciências Agrárias, faculdade de Direito e Faculdade de Educação Física.

Até 2004, o estado do Amazonas contava com 20 instituições de Ensino Superior sendo, 16 particulares, uma estadual e duas federais. As públicas federais são a Universidade Federal do Amazonas-UFAM e o Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFET/AM, este implantado em 2001.

A história da educação superior no estado do Amazonas traz a marca da privatização na sua gênese e, ao longo de sua existência, a Universidade não tem sido excluída das tentativas de transformá-la em um espaço de produção de um serviço, o educacional, como mais uma mercadoria a ser negociada no mercado. E claro, seguindo a lógica capitalista de caráter neoliberal que tem grassado nos meios acadêmicos, particularmente, a partir dos anos de 1990 e que vem orientando as reformas decorrentes da Reforma do Estado, levada a efeito no governo de Fernando Henrique Cardoso e continuada no governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

> [...] as reformas implementadas na educação superior, nas décadas de 1990 e início dos anos 2000, seguiram as diretrizes dos organismos internacionais, cuja tese é a de que o sistema de ensino superior, deve se tornar

> mais diversificado e flexível, objetivando uma expansão com contenção nos gastos públicos.(CHAVES; MEDEIROS; LIMA, 2008 p.334)

Essa diretriz, de caráter neoliberal que orientou a Reforma do Estado brasileiro reduzindo as funções do Estado onde as universidades, os museus e hospitais aparecem como *serviços não-exclusivos* produziu nas universidades públicas, particularmente nas federais, uma série de reformulações que viabilizaram a concretização de medidas normativas determinadas pelo Ministério da Educação.

As conseqüências dessas políticas são observadas nos dados do Censo da Educação superior que apontam que no Brasil, em 2005, havia 2.165 instituições de ensino superior; dessas, 176 eram universidades, 114 eram centros universitários, 117 eram faculdades integradas, 1.574 faculdades/escolas/institutos e 184 centros federais de educação tecnológica e faculdades de tecnologia (INEP, 2005).

Após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, de 1996 a 2005, observou-se um crescimento de 27,5% no número de universidades e de 144,8% no número de faculdades, escolas e institutos. Houve uma tendência à substituição do modelo de faculdades integradas que teve um decréscimo de 18,2%, pelo de centros universitários nesse período, havendo maior crescimento dos centros e faculdades tecnológicas.

A criação de Centros Universitários teve seu início no ano seguinte à aprovação da LDB, passando de 13 centros em 1997 para 114 em 2005, com um crescimento de 777%. Em 1999, após a aprovação do Decreto nº 2.208/1997, que transformou as escolas técnicas federais em centros federais de formação tecnológica, foram criados Centros e Faculdades Tecnológicas no país que passaram de 16 em 1999 para 184 em 2005 com um aumento de 1.050%, em seis anos.

Essa contextualização inicial nos ajudará a compreender as análises sobre as *funções docentes* na educação superior do estado do Amazonas, nas dimensões que serão tratadas na seqüência.

1- Caracterização das Funções Docentes no Estado do Amazonas

O Censo da Educação Superior de 2004 registra no Brasil, entre setor público e privado, um total de 293.242 funções docentes, incluindo as de docentes em exercício e as de afastados por qualquer motivo, significando uma relação de 1 docente para 14,2 alunos matriculados, considerando-se os cursos presenciais. Desse total de funções docentes 100.424 ou 34,2%, estão nas IES públicas gerando uma relação de 1 docente para 11,7 alunos matriculados e 192.818 ou 65,8% estão nas IES privadas gerando uma relação de 1 docente para 15,5 alunos. Se considerarmos os 107.400 estudantes de pós-graduação, dos quais 86%, estão matriculados no setor público, a relação docente/aluno passa a 1 docente para 12,6 matriculados.

Essa relação de 1 docente para 12,6 alunos representa uma sobrecarga de trabalho aos docentes que, se estiverem em universidades que são 37,1% das IES públicas no estado, inevitavelmente estarão envolvidos com atividades de ensino, pesquisa e extensão. No estado do Amazonas, essa relação entre docente e alunos vai se apresenta no setor público de 1 docente para 17,1 alunos e no setor privado a relação é de 1 docente para 21,3 alunos, confirmando a sobrecarga de trabalho ainda maior para os docentes das IES privadas o que tem levado os docentes dessas instituições de ensino a uma luta , via seu setor no Sindicato do Docentes do Ensino Superior – o ANDES, a denunciar as condições adversas sob as quais desenvolvem suas tarefas docentes no que são, à exemplo dos docentes que atuam nas públicas federais, insistentemente cobrados quanto à garantia de qualidade nesse nível de ensino.

Para facilitar a compreensão apresentamos, na tabela abaixo, os dados sobre o quantitativo das funções docentes existentes no estado do Amazonas, considerando as matrículas na graduação, em cursos presenciais, nos setores público e privado, relacionando com os dados do Brasil e da região Norte onde se observa a relação professor/aluno.

Tabela 1 – Funções Docentes por matrículas na graduação e setor público e privado no Brasil, Norte e Amazonas em 2004.

	Brasil		**Norte**		**Amazonas**	
	Público	**Privado**	**Público**	**Privado**	**Público**	**Privado**
N. de Funções Docentes	100.424	192.818	7.003	6.943	2.037	1.791
N. de matrículas	1.178.328	2.985.405	133.914	116.762	34.895	38.072
Relação Função Docente/matrícula	1/11.7	1/15.5	1/19.1	1/16.8	1/17.1	1/21.3

Fonte: Censo da Educação Superior 2004, MEC/Inep/Deaes.

Historicamente, a relação do crescimento das funções docentes entre o estado do Amazonas, Região Norte e Brasil, por organização acadêmica, tem sido desigual. Na tabela abaixo, os dados relativos a 2004 nos permitem observar que, o Amazonas contava com 3.828 funções docentes que representava 1,3% do total de funções docentes do país que era de 293.242 enquanto a Região Norte contava com 13.946 dessas funções docentes. Dados preocupantes considerando-se que o Amazonas é o maior estado da Federação, cuja capital Manaus abrigava, no período do estudo, uma população em cerca de 1.644.690 habitantes.

Tabela 2 – Número de funções docentes por organização acadêmica no Brasil, Norte e Amazonas, 2004.

Organização Acadêmica	**Brasil**	**Norte**	**Amazonas**	**Am/Br %**
Universidades	165.171	6.832	1.687	1,0

Centros Universitários	33.305	1.979	1.295	3,9
Faculdades Integradas	13.911	354	0	0,0
Faculdades, Escolas e Institutos	72.086	4.334	619	0,9
Centros de Educação Tecnológica...	8.769	447	227	2,6
Instituições de Educação Superior	293.242	13.946	3.828	1,3

Fonte: Censo da Educação Superior 2004, MEC/Inep/Deaes.

Prosseguindo a análise sobre o processo de crescimento das funções docentes, observa-se que, no período de 1991 a 1996 o maior crescimento se concentrou na região Norte com 45,9%, bem superior ao crescimento observado no país e no Amazonas com 11,7% e 11,6% respectivamente.

No período de 1996 a 2004, o crescimento das funções docentes vão se concentrar no Amazonas, com 181,7% funções docentes contra 105,5% na Região e 78,7% no país. Essa ampliação das funções docentes, coincidem com as orientações das políticas para a Educação Superior em face da aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, aprovada em 1996, a Lei Nº 9394/96 que permite a criação de IES diversificadas sob a condição de institutos, faculdades, centros universitários o que fortaleceu as condições já existentes para a ampliação do setor privado no país. Ao mesmo tempo, foi criada a Universidade Estadual do Amazonas, ampliando o campo para as funções docentes.

Um dado a destacar é o de que, no período de 2000 a 2004 há uma ampliação das funções docentes nas três esferas administrativas e, no que diz respeito à relação entre o número de funções docentes registradas no Amazonas em comparação à Região Norte, verifica-se um índice de 27,4% e, em relação ao Brasil, as funções docentes vão corresponder a 1,3%.

2 - Funções Docentes em exercício e Afastados no Estado do Amazonas

As funções docentes[2] considerando aquelas que se encontravam em exercício e afastadas, no Brasil em 2004, totalizaram 293. 242; dessas, 13.946 ou 4,8% encontravam-se na Região Norte e 3. 828 estavam no estado do Amazonas que representava 27,4 % das funções docentes da Região e 1,3% do país.

No período anterior à LDB, o crescimento no número de funções docentes no Amazonas manteve-se estável e só a partir de 1996 inicia um processo lento de ampliação que se mantém até 2004

De 1991 a 1996 houve um crescimento de 11,6% nas funções docentes no estado, igualando-se ao crescimento das funções docentes do Brasil que foi de 11,7%, e, correspondendo a 25,2% do crescimento havido na Região que foi de 45,9%.

De 1996 a 2004 o Amazonas obteve um crescimento de 181,7% nas funções docentes, superando as taxas da Região que foram de 105,5% e as do Brasil que foram de 78,7% . Esse novo quadro das funções docentes, vem atender a uma nova organização do ensino superior, decorrente da LDB que no seu Artigo 45 define que " *a educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização"* . Ainda, decorrente desse processo onde se observam novas regulações para a educação superior, no pós-LDB, destacam-se os Decretos Nº 2.207/97 e 2. 306 e o 3.860, ambos de 2001, os quais estabeleceram os diferentes formatos possíveis a serem assumidos pelas IES. À exemplo do que aconteceu em outros estados da federação, o Amazonas também viveu a emergência do processo de expansão e diversificação de suas IES.

O crescimento referido de funções docentes, em exercício e afastados, pode ser observado, na tabela a seguir:

---

[2] As funções docentes totalizam o quantitativo de professores em cada IES, o que pode contar o mesmo professor mais de uma vez, em especial quando se trata de IES privada.

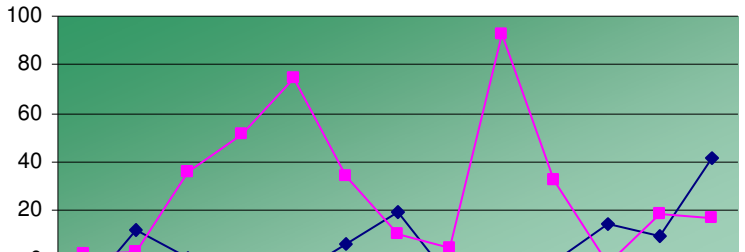
Tabela 3 – Número de Funções Docentes (em exercício e afastados)- Brasil, Região Norte e Amazonas, 1991 – 2004

ANO	BRASIL	NORTE	AMAZONAS
1991	146.988	4.651	1.218
1992	147.059	4.541	1.072
1993	150.823	5.084	1.196
1994	155.780	5.769	1.232
1995	161.645	5.974	1.293
1996	164.118	6.788	1.359
1997	174.481	7.584	1.536
1998	174.289	7.737	1.796
1999	189.902	7.792	1.713
2000	197.712	7.991	2.113
2001	219.947	9.341	2.449
2002	242.475	9.819	2.587
2003	268.816	11.450	2.962
2004	293.242	13.946	3.828
1991/1996 %	**11,7%**	**45,9%**	**11,6%**
1996/2004 %	**78,7%**	**105,5%**	**181,7%**

Fonte: Censo da Educação Superior 2004, MEC/INEP/Deaes

Essa evolução das funções docentes também pode ser observada através do gráfico abaixo

- Evolução de Funções Docentes (Em exercício e afastados) no Amazonas - 1991 – 2004



3-As Funções Docentes por categoria Administrativa

A distribuição das funções docentes pelos setores público e privado, no período de 1991 a 2004, apresenta maior concentração no setor público, mesmo com crescimentos negativos pontuais e um equilíbrio anual no período, excetuando-se o ano de 1992 com um crescimento negativo de -13,1% que se traduziu na perda de 148 funções docentes. Essa perda deve ser analisada à luz da conjuntura política do país, no período, quando o Governo Collor de Mello apresentou o Projeto de Reconstrução Nacional do qual fazia parte a Proposta de uma Nova Política para o Ensino Superior que, pelas avaliações do Movimento Docente da Educação Superior, apontava para perdas de conquistas como a estabilidade dos servidores públicos e a introdução do ensino superior pago nas IES públicas.

Essas medidas provocaram uma corrida de professores à aposentadoria com receio de ver perdidas conquistas trabalhistas, até então, adquiridas. Mais tarde, em 1995 e 1996 o crescimento volta a ser negativo com – 0,4% e -6,9%, respectivamente, representando em 1996 uma perda real de 76 funções docentes. De 1999 a 2001, novamente vamos observar um crescimento negativo de – 8,0%; - 4,6% e – 0,7%, respectivamente, concentrando a maior perda em 1999 com a redução de 104 funções docentes em relação ao ano anterior.

No setor privado vamos observar que em 1999, houve um crescimento de 4,3%, correspondendo a 21 funções docentes a mais.

Neste setor, o crescimento negativo vai aparecer em 2002 que representa -2,2% correspondendo a uma redução de 29 funções docentes.

O crescimento das funções docentes, no setor público, foi observado em 2004 quando aparece um crescimento de 42% que corresponde a um acréscimo de 602 funções docentes no setor e, no setor privado, o maior crescimento vai se dar em 2000 com 92,6% de crescimento correspondendo a 475 funções docentes neste setor.

O crescimento das funções docentes no setor privado pode ser imputado, entre outras, às seguintes ocorrências no período: absorção dos docentes aposentados do setor público; ampliação de contratações para cursos de graduação a serem ofertados na capital e no interior do estado, para atender demandas das Prefeituras que passaram a financiar formação inicial de docentes com recursos do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério - FUNDEF, para atuarem no Ensino Fundamental, atendendo às exigências da LDB.

4- Funções Docentes por Titulação : Doutorado, Mestrado, Especialização

Observa-se no gráfico abaixo, que o crescimento das funções docentes com a titulação em nível de doutorado manteve-se estável até 1996 iniciando um lento crescimento a partir de 1997, no pós-LDB. Os dados apontam que no período 1991 – 1996 houve uma expansão em 21, 5% nas funções docentes com doutorado nas IES, sendo que nas federais essa expansão foi de 57%. Em 1996, havia 85 doutores nas IES federais e 7 nas estaduais. Nesse mesmo ano, as IES privadas contavam com 15 doutores. De 1996 a 2004 o estado do Amazonas obteve uma ampliação de 427,8% de suas funções docentes com doutorado, sendo que nas IES Federais a ampliação foi de 197,6%. Tomando-se como referência o ano de 2004, observa-se que o estado do Amazonas contabilizava um total de 417 doutores, dos quais, 253 ou 60,7% estão nas IES públicas federais;

93 doutores ou 22, 3% estão nas IES estaduais e 61 doutores, ou 14,6% estão nas IES privadas.

Em relação à titulação em mestrado, tomando-se o período de 1991 a 2004, observa-se que em 1991 o estado do Amazonas contava, nas IES federais com 249 funções docentes com título de Mestre; 29 nas IES estaduais e, apenas 3 Mestres nas IES privadas. Em 2004 as IES Federais contavam com 429 Mestres; As IES estaduais com 295 funções docentes com essa titulação e as IES privadas com 525 funções docentes, superando as IES federais e estaduais quanto a essa titulação.

Observa-se no Pós-LDB um expressivo crescimento de funções docentes com a titulação de pós-graduação Lato Sensu – Especialização, sobretudo nas IES privadas o que é um reflexo das exigências das políticas de educação superior para o período, que passam a exigir que as funções docentes avancem na sua titulação.Tomando o período de 1991 a 2004, observamos que no primeiro ano da série, o estado do Amazonas contava com 272 funções docentes com Especialização na Universidade Federal; 47 na Estadual e apenas 10 nas privadas. Em 2004 o quadro muda. Vamos ter 328 funções docentes com especialização na Universidade Federal; 343 na Estadual e 806 nas privadas com essa titulação.

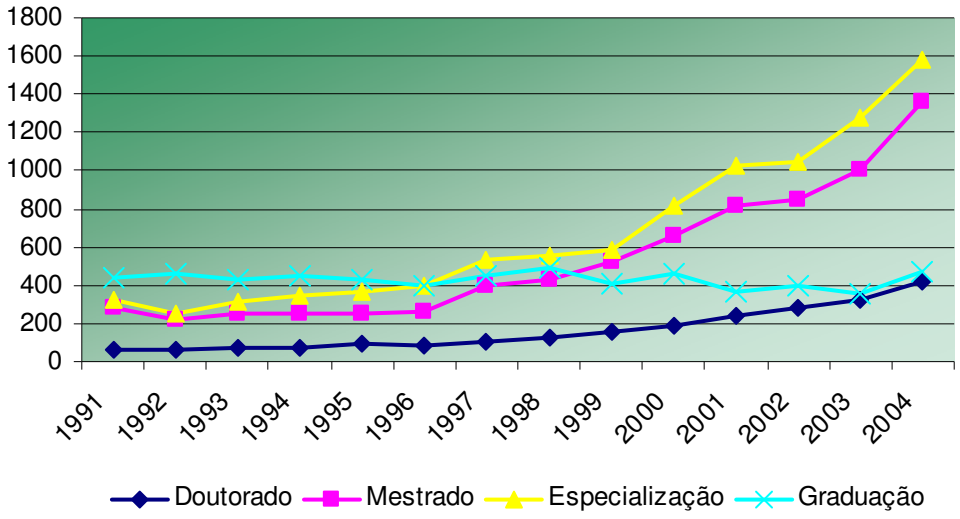
Apesar do avanço quanto à titulação, nos períodos estudados, ainda se observa um grande número de docentes que atuam no ensino superior do estado do Amazonas apenas com a titulação em Graduação. No período de 1991 a 1996 houve um crescimento negativo no estado, em relação ao número de funções docentes que tinham apenas essa titulação, que correspondeu a -9,3% sendo que na Universidade Federal o crescimento negativo foi de – 32,9% e na Estadual o crescimento negativo alcançou – 44,4%.

Nas privadas, que se ampliaram no período, o crescimento foi de 16.200% De 1996 a 2004 houve, no estado, um crescimento de 17,7% das funções docentes com Graduação sendo que nas IES federais o crescimento foi de 26,6%; nas estaduais foi de 16% e

nas privadas o crescimento foi negativo, - 22,1%. Esse crescimento negativo nas privadas pode ser explicado pela ampliação dos cursos de pós- graduação no estado, no pós - LDB para atender as exigências das políticas vigentes, no período, sobretudo nas IES públicas.

Observa-se que o investimento na qualificação dos docentes com recursos públicos vão beneficiar diretamente os empresários do ensino que passam a contar com quadros mais qualificados sem desembolsar parte de seus lucros para investir na titulação de seus docentes. Quanto ao crescimento positivo nas IES públicas, pode ser explicado pela expansão das matrículas que em 1991 era de 7.180 alunos passando para 17.224 em 2004 nas IES federais e, de 1.013 alunos passando para 17.171 nas IES estaduais no mesmo período. Exigindo contratação de professores , via concurso ou na categoria substitutos, para atendimento à demanda, exigindo-se , apenas, a titulação em graduação.Para uma melhor visualização do que se disse, apresentamos o gráfico abaixo:

Gráfico 2 - Distribuição das Funções Docentes por Titulação no Amazonas, 1991-2004.



Considerações Finais

A análise dos dados fornecidos pelo INEP sobre a educação superior no estado do Amazonas, permitiu a observação de aspectos significativos na série histórica estudada (1991-2004), com destaque no período pós-Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-Lei 9394/96 quando se conviveu, no Brasil, com amplo e vigoroso movimento de transformação da educação superior, em função das políticas para esse nível de educação orientadas, sobretudo, pelos organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional-FMI e o Banco Mundial- BM. Essas mudanças se refletiram em nível regional e estadual no que diz respeito à expansão, privatização e diversificação do ensino superior.

Com relação às funções docentes, objeto deste trabalho, as análises apontaram que houve um importante crescimento das funções docentes no estado do Amazonas, cuja taxa de ampliação, em 2004 alcançou 181,7%, superando as taxas da Região e do país. No entanto, não foi suficiente para atender a necessidade que não se reduz ao estado do Amazonas, mas, que é uma reivindicação dos gestores das Instituições Federais de Educação Superior da Região Norte, assim como, do Sindicato dos Docentes.

Analisando as funções docentes por titulação atuando no estado do Amazonas e, tentando compreender a relação do quantitativo de doutores e mestres em relação aos programas de pós-graduação strictu sensu e aos cursos de graduação, observamos a seguinte configuração: das 3.829 funções docentes, em 2004, 417 são doutores e, desses, 253 estão nas universidades públicas e que 18 Programas estão nessas universidades (15 estão na Universidade Federal do Amazonas e 3 na Universidade Estadual do Amazonas).

Considerando-se o número de cursos de pós-graduação strictu sensu a relação é de 14 docente doutor/ curso o que pode ser considerado para as condições estaduais e regionais um dado animador.Fazendo a mesma avaliação em relação aos docentes com título

de Mestre, vamos observar que a relação de docentes mestres/ cursos stritu sensu sobe para 23,8%. E quando observamos a relação entre docentes doutores/ cursos de graduação (399 cursos) a queda é vertiginosa, ficando a relação de 1, 04 docente doutor/ cursos graduação e de docentes mestres/ cursos de graduação, a relação fica em 1, 7 o que demonstra a necessidade urgente de um maior investimento na qualificação para titulação dos docentes no estado do Amazonas, sem o que fica muito difícil manter a tão sonhada indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nas Universidades, bem como, garantir a qualidade do ensino superior.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Educação Superior Brasileira 1991-2004: Amazonas**. Brasília, 2006

CHAVES, Vera Lúcia, LIMA, Rosângela, MEDEIROS, Luciene. Reforma da Educação Superior Brasileira – de Fernando Henrique Cardoso a Luiz Inácio Lula da Silva: políticas de expansão, diversificação e privatização da educação brasileira IN:**Educação Superior no Brasil: 10 Anos Pós-LDB,** Ministério da Educação/INEP, volume 2, Brasília-DF, 2008

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília-DF, 23 dez.1996ª.